

## Respostas aos Recursos 0015- ARQUITETO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta alterada para:
Questão 31- 1 Questão 35- 2 Questão 50- 3 Questão 48- 4	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estudo de viabilidade econômica:</b> verifica a viabilidade financeira do projeto, considerando os custos estimados de construção, de operação, das receitas esperadas e o tempo de retorno do investimento.</li> <li>• <b>Estudo de viabilidade técnica:</b> prevê a viabilidade do projeto do ponto de vista técnico, atentando-se a adequação do projeto às normas e regulamentações vigentes, a disponibilidade de recursos e materiais, e a capacidade de execução do projeto.</li> <li>• <b>Estudo de viabilidade ambiental:</b> avalia o impacto ambiental do projeto e a viabilidade de sua execução, considerando, por exemplo, a preservação do meio ambiente, a gestão de resíduos e a utilização de fontes de energia sustentáveis.</li> <li>• <b>Estudo de viabilidade de mercado:</b> analisa a demanda pelo projeto, refletindo sobre o perfil dos potenciais compradores ou locatários, a concorrência no mercado imobiliário e as tendências do mercado.</li> <li>• <b>Estudo de viabilidade geotécnica:</b> verifica as condições do solo e sua capacidade de suportar a construção, considerando, por exemplo, a estabilidade do terreno, a presença de água subterrânea e a necessidade de medidas de contenção.</li> </ul> <p>FONTE: <a href="https://www.vobi.com.br/blog/estudo-de-viabilidade">https://www.vobi.com.br/blog/estudo-de-viabilidade</a></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	INDEFERIDO	
Questão 32- 1 Questão 50- 2	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:</p>	INDEFERIDO	

<p>Questão 37- 3</p> <p>Questão 42- 4</p>	<p>Dado o contexto e todas as informações apresentadas na questão e nas alternativas, a Banca entende que de maneira nenhuma houve impedimento de se chegar ao gabarito correto</p> <p>FONTE: <a href="https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2012/06/des_const_civil_planejamento_e_gestao_de_obras.pdf">https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2012/06/des_const_civil_planejamento_e_gestao_de_obras.pdf</a></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
<p>Questão 33- 1</p> <p>Questão 36- 2</p> <p>Questão 43- 3</p> <p>Questão 31- 4</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:</p> <p>- Custos Diretos Os custos diretos, como citado anteriormente, se caracterizam por estar diretamente ligados à execução dos serviços na obra, significando o montante de recursos necessários para a realização dos processos construtivos no canteiro de obras. O custo direto é avaliado com a realização de um orçamento discriminado ou utilizando outro método de avaliar os custos dos serviços. Os custos diretos são referentes ao uso de materiais, mão-de-obra e equipamentos. Materiais O custo dos materiais corresponde, em média, a 60% do custo total da obra. Na consideração teórica para definir os custos dos materiais devem ser observadas as características da execução que revelam comportamento diferenciado em relação ao consumo real (material que fica agregado ao edifício) e as perdas. Essas características ficam claras quando se faz o acompanhamento da obra com o intuito de observar a aplicação dos materiais. Genericamente, podemos observar que ocorre alteração da composição do consumo total (consumo real + perdas) em função da forma como os materiais se apresentam.</p> <p>O gasto com equipamentos é essencial no processo construtivo das obras em geral. Uma construção de edifício multipavimentos levará em conta, na quantificação orçamentária, a locação de máquinas como, guindastes, elevadores de cargas, caminhões muque, ETC</p> <p>Os custos indiretos referem-se a elementos de apoio necessários para a realização da obra. Podemos dividir estes custos em duas categorias: referentes administração geral da empresa e referentes a obra em particular. Este custo indireto normalmente é estimado e definido para cada obra por meio de uma taxa aplicada sobre o custo direto da obra. A taxa deve ser avaliada para cada empresa e quando inclui o lucro é denominada de BDI - benefício e despesas indiretas. Exemplo de Custos Indiretos: - Administrativos: salários da administração, energia elétrica, auditoria e consultoria... - Comerciais: Propaganda, assessoria jurídica... - Tributários: tributos, impostos, taxas... - Financeiros: custo do dinheiro.</p>	INDEFERIDO	

	<p>FONTE: <a href="https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2012/06/des_const_civil_planejamento_e_gestao_de_obras.pdf">https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2012/06/des_const_civil_planejamento_e_gestao_de_obras.pdf</a></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
<p>Questão 36- 1</p> <p>Questão 43- 2</p> <p>Questão 32- 3</p> <p>Questão 38- 4</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:</p> <p>Os elementos do gráfico são os nós e as setas orientadas, que representam os eventos e as atividades (operações), respectivamente. As atividades ligam sempre dois eventos, chamados de inicial e final. As atividades consomem tempo ou recursos financeiros, enquanto que os eventos são "marcos" de início ou fim, não tendo estas implicações. O custo de execução das atividades pode ser empregado no lugar do tempo, se for mais interessante esta alternativa. O processamento é idêntico. As atividades podem ser executadas em série ou em paralelo (simultaneamente). No caso de ocorrência de atividades paralelas, com tempo distintos, surgem confusões, e devem ser empregadas as "Atividades Fantasmas", como se vê na Figura abaixo, a seguir. O evento "fantasma" é uma atividade fictícia, destinada a equilibrar a rede, não consumindo recursos. As atividades condicionantes são elementos que precisam ocorrer para que outras atividades sejam executadas. Um evento é dito "atingido" se foram executadas todas as atividades que chegam nele. Uma atividade só pode ser executada se o evento inicial for atingido. Entre dois eventos sucessivos só pode existir uma atividade. Não podem existir ciclos ou circuitos na rede.</p> <p>Figura 10 - Atividade Fantasma (E)</p> <pre> graph LR     0((0)) -- A --&gt; 1((1))     1 -- B --&gt; 2((2))     1 -- C --&gt; 3((3))     2 -. E .-&gt; 3     3 -- D --&gt; 4((4)) </pre>	INDEFERIDO	

	<p>FONTE: <a href="https://organizaotc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/04/noc3a7c3b5es-de-orc3a7amento-e-planejamento-de-obras.pdf">https://organizaotc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/04/noc3a7c3b5es-de-orc3a7amento-e-planejamento-de-obras.pdf</a></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
<p>Questão 37- 1</p> <p>Questão 42- 2</p> <p>Questão 35- 3</p> <p>Questão 41- 4</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:</p> <p>Questão elaborada conform o item “Juros Compostos” do Conteúdo Programático, divulgado no Edital.</p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	INDEFERIDO	
<p>Questão 38- 1</p> <p>Questão 39- 2</p> <p>Questão 49- 3</p> <p>Questão 32- 4</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:</p> <p>Tabela de Composições e Preços para Orçamentos (TCPO) é o índice de custos de obras atualizado pela PINI, considerado a principal referência de engenharia de custos do Brasil. Foi criada há mais de 60 anos, em 1955, quando reunia 100 serviços de construção anteriormente publicados na revista "A Construção" em São Paulo.</p> <p>Atualmente a base TCPO conta com mais de 8.500 composições de Serviços, Preços de Referência calculados através do Departamento de Engenharia da PINI e Composições de Empresas da indústria de materiais e serviços de construção civil.</p> <p>Este índice é destinado a engenheiros civis, arquitetos, construtores, orçamentistas, consultores, instaladores, projetistas, empreiteiros e mestres de obra.</p> <p>Os indicadores do TCPO são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CUPE – Custos Unitários PINI de Edificações</li> <li>• IPCE – Índice PINI de Custos de Edificações</li> <li>• IPCI – Índice PINI de Custos da Construção Industrializada</li> <li>• IPCO - Índice PINI de Custos de Obras de Infraestrutura</li> </ul> <p>FONTE: <a href="https://psasistemas.com.br/financeiro/indices-da-construcao-entenda-quais-sao-importantes-para-a-construcao-civil/">https://psasistemas.com.br/financeiro/indices-da-construcao-entenda-quais-sao-importantes-para-a-construcao-civil/</a></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	INDEFERIDO	

Questão 39- 1	Após a análise da questão, esta Banca entendeu por ANULAR o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:	DEFERIDO	ANULADA
Questão 38- 2	Há duas alternativa corretas “A” e “B”:		
Questão 33- 3	Art. 8o São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: I – os planos de resíduos sólidos; II – os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; III – a coleta seletiva, os <u>sistemas de logística reversa</u> e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; IV – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; V – o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária; VI – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos; VII – a pesquisa científica e tecnológica; VIII – <u>a educação ambiental</u> ; IX – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; X – o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; XI – o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir); XII – o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa); XIII – os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde; Política Nacional de Resíduos Sólidos 17 XIV – os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos; XV – o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; XVI – os acordos setoriais; XVII – no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles: a) os padrões de qualidade ambiental; b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; d) a avaliação de impactos ambientais; e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima); f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; XVIII – os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta; XIX – o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.		
Questão 44- 4	<p>FONTE: <a href="https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/713/1/politica_residuos_solidos_1ed.pdf">https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/713/1/politica_residuos_solidos_1ed.pdf</a></p> <p>Diante do exposto, defere-se o presente recurso, questão anulada.</p>		

Questão 47- 1	Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:	INDEFERIDO	
Questão 33- 2			
Questão 34- 3	Segundo estudos desenvolvidos por Sasaki (2002), podemos identificar seis tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. Confira a definição de cada espectro da acessibilidade formulada a partir de uma adaptação das ideias de Sasaki e outras verificadas na literatura acerca do tema.		
Questão 36- 4	<p>1. ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</p> <p>Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.</p> <p><b>Práticas e exemplos</b></p> <p>Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.</p> <p>2. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA</p> <p>Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.</p> <p><b>Práticas e exemplos</b></p> <p>Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.</p> <p>3. ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA</p> <p>Conhecida também como pedagógica, é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.</p> <p><b>Práticas e exemplos</b></p> <p>É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como, por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.</p> <p>4. ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA</p> <p>Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).</p>		

	<p><b>Práticas e exemplos</b></p> <p>Ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior. Muitas vezes esses estudantes não têm conhecimento dos seus direitos e, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criadas com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.</p> <p><b>5. ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL</b></p> <p>Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).</p> <p><b>Práticas e exemplos</b></p> <p>Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação superior.</p> <p><b>6. ACESSIBILIDADE NOS TRANSPORTES</b></p> <p>Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte.</p> <p><b>Práticas e exemplos</b></p> <p>Percebe-se a aderência da IES a esse tipo de acessibilidade quando existe transporte coletivo à disposição dos estudantes e aqueles com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida consegue fazer uso do mesmo com segurança e autonomia, sem nenhum prejuízo para sua locomoção.</p> <p><b>7. ACESSIBILIDADE NAS COMUNICAÇÕES</b></p> <p>É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).</p> <p><b>Práticas e exemplos</b></p> <p>Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.</p> <p><b>8. ACESSIBILIDADE DIGITAL</b></p> <p>Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.</p> <p><b>Práticas e exemplos</b></p>		
--	--	--	--

	<p>Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a IES possui os acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.</p> <p>FONTE: <a href="https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/">https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/</a></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>		
<p>Questão 50- 1</p> <p>Questão 34- 2</p> <p>Questão 45- 3</p> <p>Questão 46- 4</p>	<p>Após a análise da questão, esta Banca entendeu por manter o gabarito oficial, pelos motivos apresentados abaixo:</p> <p>Questão elaborada conform o item “ABNT NBR 9050:2022” do Conteúdo Programático, divulgado no Edital.</p> <p>FONTE: <a href="https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf">https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf</a></p> <p>Diante do exposto, indefere-se o presente recurso.</p>	INDEFERIDO	